

Formulário de Livre Resolução

Modelo para exercício do direito de livre resolução quando legalmente aplicável

Versão 1.1 | Entrada em vigor: 30 de setembro de 2026

Destinatário

Flávio Ferreira — Empresário em Nome Individual (ENI)
Rua do Saldouro, n.º 41, 4705-651 Vilaça, Braga, Portugal
E-mail: geral@osvinhosdorapaz.pt
Telefone: 937 997 138

Declaração

Eu/nós (*) comunico/comunicamos por este meio que resolvo/resolvemos (*) o contrato de compra e venda relativo aos seguintes bens (*) / para a prestação do seguinte serviço (*):

Encomendado em (*) / recebido em (*): _____

Nome do(s) consumidor(es): _____

Morada do(s) consumidor(es): _____

E-mail/telefone para contacto: _____

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do(s) consumidor(es) (apenas se o presente formulário for notificado em papel):

(*) Riscar o que não interessa.

Notas importantes

- Este formulário pode ser utilizado quando o direito de livre resolução seja legalmente aplicável.
- O consumidor pode também exercer o direito através de qualquer declaração inequívoca que comunique a decisão de resolver o contrato.
- O prazo legal aplicável aos contratos à distância é, em regra, de 14 dias, contado nos termos da legislação aplicável.

- Existem exceções legais ao direito de livre resolução, incluindo determinadas categorias de bens que não podem ser devolvidos por razões de deterioração, natureza do produto ou saúde/higiene após abertura do selo.
- O exercício do direito de livre resolução não prejudica os direitos legais do consumidor em caso de falta de conformidade dos bens.

Devolução dos bens

Salvo instrução diferente comunicada pelo vendedor, os bens deverão ser enviados para: Rua do Saldouro, n.º 41, 4705-651 Vilaça, Braga, Portugal.

Quando o direito de livre resolução seja aplicável, os custos diretos da devolução são suportados pelo consumidor, salvo disposição legal ou acordo em contrário.

Referências legais principais

- Decreto-Lei n.º 24/2014, de 14 de fevereiro — contratos celebrados à distância e fora do estabelecimento, incluindo informação pré-contratual, livre resolução e respetivas exceções.
- Decreto-Lei n.º 84/2021, de 18 de outubro — direitos do consumidor na compra e venda de bens, conteúdos e serviços digitais.
- Lei n.º 144/2015, de 8 de setembro — resolução alternativa de litígios de consumo.
- Regime legal aplicável ao Livro de Reclamações.
- Demais legislação aplicável à venda e disponibilização de bebidas alcoólicas e à proteção do consumidor.